

**RELAÇÃO ENTRE
DESEQUILÍBRIO FAMILIAR,
DESENVOLVIMENTO
EDUCACIONAL DE
ADOLESCENTES E A
PRÁTICA DE ATOS
INFRACIONAIS: UMA
ANÁLISE TEÓRICO-
ANALÍTICA NO CONTEXTO
SOCIOEDUCATIVO
BRASILEIRO**

**THE RELATIONSHIP BETWEEN FAMILY IMBALANCE, ADOLESCENT
EDUCATIONAL DEVELOPMENT, AND THE PRACTICE OF DELINQUENT
ACTS: A THEORETICAL-ANALYTICAL ANALYSIS IN THE BRAZILIAN SOCIO-
EDUCATIONAL CONTEXT**

Adilson Barbosa Figueirêdo¹

RESUMO

Este artigo analisa a relação entre desequilíbrio familiar, desenvolvimento educacional de adolescentes e prática de atos infracionais no contexto de vulnerabilidade social e do sistema socioeducativo brasileiro. O problema de pesquisa consiste em compreender como fragilidades familiares e escolares, articuladas às condições do território, se relacionam a trajetórias de maior exposição a condutas infracionais, evitando explicações deterministas. O objetivo é caracterizar, a partir da literatura científica e de marcos normativos, os mecanismos pelos quais o desequilíbrio familiar pode repercutir no percurso escolar e ampliar vulnerabilidades. Metodologicamente, realizou-se estudo qualitativo de natureza teórico-analítica, com revisão narrativa e abordagem descritiva, complementado por análise documental de referenciais normativos pertinentes. Os resultados indicam a recorrência de um quadro relacional no qual vulnerabilidade socioeconômica, práticas parentais inconsistentes, violência intrafamiliar, baixa supervisão e fragilização do vínculo com a escola se associam a evasão, defasagem e desengajamento, ampliando a probabilidade de aproximação de grupos de risco e práticas infracionais em territórios marcados por desigualdade. Conclui-se que o enfrentamento do problema requer ações intersetoriais que integrem fortalecimento familiar, permanência escolar qualificada e ampliação de oportunidades de integração social.

Palavras-chave: desequilíbrio familiar; desenvolvimento educacional; atos infracionais; vulnerabilidade social.

ABSTRACT

This article analyzes the relationship between family imbalance, adolescents' educational development, and the practice of juvenile offenses within the context of social vulnerability and the Brazilian

socio-educational system. The research problem consists of understanding how family and school fragilities, articulated with territorial conditions, relate to trajectories of greater exposure to delinquent behavior, avoiding deterministic explanations. The objective is to characterize, based on scientific literature and normative frameworks, the mechanisms through which family imbalance may affect school trajectories and increase vulnerabilities. Methodologically, this qualitative study adopts a theoretical-analytical approach, structured as a narrative review with a descriptive orientation, complemented by documentary analysis of relevant legal frameworks. The results indicate the recurrence of a relational pattern in which socioeconomic vulnerability, inconsistent parenting practices, intrafamily violence, weak supervision, and fragile school bonds are associated with school dropout, grade retention, and disengagement, increasing the likelihood of proximity to risk groups and involvement in juvenile offenses in territories marked by inequality. It is concluded that addressing this issue requires intersectoral actions integrating family strengthening, qualified school permanence, and the expansion of concrete opportunities for social integration.

Keywords: family imbalance; educational development; juvenile offending; social vulnerability.

1. INTRODUÇÃO

A adolescência é uma etapa marcada por transformações biopsicossociais intensas, nas quais escola, família e território assumem papel decisivo na proteção — ou na ampliação — de vulnerabilidades. Mudanças corporais, reconfigurações emocionais e novas dinâmicas de pertencimento tendem a ocorrer

simultaneamente, exigindo redes de apoio capazes de sustentar o desenvolvimento e a escolarização nessa fase.

No Brasil, essa etapa não é vivida da mesma forma por todos. Para muitos adolescentes, sobretudo os que moram em áreas marcadas por pobreza, violência e pouca presença do Estado, as chances não são iguais. Falta acesso contínuo a serviços, faltam oportunidades, e as redes de proteção social frequentemente funcionam de maneira limitada ou instável. Nesse contexto, quando um adolescente se envolve em um ato infracional, o debate público (e muitas vezes até o institucional) tende a correr para explicações rápidas: “é culpa da família” ou “é escolha do indivíduo”. Só que esse tipo de leitura não dá conta do que realmente está em jogo. O fenômeno é mais complexo e, na prática, é construído por vários fatores que se cruzam e se acumulam ao longo do tempo.

O que a literatura nacional e internacional vem mostrando é que o desenvolvimento juvenil precisa ser entendido de forma relacional. Ou seja: o adolescente não se forma isolado, ele se forma nas relações. Família, escola e território não são “cenários” neutros — são espaços que, dependendo de como estão organizados, podem proteger ou expor. Quando a família vive situações de instabilidade, conflitos frequentes, violência ou falta de supervisão, isso costuma repercutir na vida escolar. E quando a relação com a escola também vai se enfraquecendo — com faltas, defasagem, desmotivação e, em muitos casos, evasão — aumenta a probabilidade de o adolescente procurar pertencimento e reconhecimento em outros lugares, inclusive em redes de risco que se fortalecem em territórios atravessados por desigualdade e exclusão. Não se trata de dizer que uma coisa “leva” automaticamente à outra, mas de reconhecer que

certas combinações de fatores deixam o caminho muito mais vulnerável.

É justamente por isso que este estudo se propõe a olhar para essas dimensões em conjunto, sem recortar o problema em partes desconectadas. A proposta é aproximar contribuições da Psicologia do Desenvolvimento, da Sociologia da Educação e da Criminologia Desenvolvimental para sustentar uma leitura ecológica: uma leitura que observa como as experiências familiares, escolares e territoriais se influenciam mutuamente. Além disso, o estudo tem relevância social porque contribui para pensar políticas públicas mais consistentes e integradas. Se o problema envolve várias dimensões ao mesmo tempo, as respostas também precisam caminhar nessa direção: fortalecer vínculos familiares, garantir condições reais de permanência na escola e qualificar as ações institucionais voltadas a adolescentes em conflito com a lei.

A pergunta que orienta este estudo é: **como o desequilíbrio familiar se relaciona ao desenvolvimento educacional de adolescentes e à prática de atos infracionais no contexto socioeducativo brasileiro?** O objetivo geral consiste em **analisar**, com base na literatura científica e nos marcos normativos, **de que modo fragilidades no ambiente familiar repercutem no percurso escolar e podem ampliar a exposição a condutas infracionais.** Como objetivos específicos, busca-se: **(a)** compreender o desequilíbrio familiar como fenômeno relacional, e não como explicação isolada; **(b)** examinar como vulnerabilidades educacionais se expressam e se articulam às trajetórias de adolescentes em conflito com a lei; e **(c)** caracterizar como fragilidades familiares, afastamento escolar e vulnerabilidade territorial se combinam nessas experiências.

O estudo tem abordagem qualitativa e caráter teórico-analítico. Foi feita uma revisão narrativa da literatura e uma análise documental de marcos normativos que estruturam o sistema socioeducativo brasileiro. A leitura do material parte da perspectiva ecológica do desenvolvimento humano, considerando que família, escola e contexto social mais amplo estão o tempo todo em interação.

Por fim, o artigo se organiza em etapas claras: começa com a fundamentação teórica (desequilíbrio familiar, desenvolvimento educacional, condutas antissociais e território), apresenta a metodologia, reúne os resultados e encerra com discussão e considerações finais, retomando a questão central e os objetivos propostos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Desequilíbrio Familiar Como Fenômeno Relacional

Nas Ciências Humanas e Sociais, é importante separar duas coisas que às vezes acabam sendo misturadas: **desequilíbrio familiar** e **diversidade de arranjos familiares**. Ter uma configuração diferente do modelo “tradicional” não significa, por si só, que exista desestruturação. Como lembra Sarti (2004), a família é uma construção histórica e cultural, e por isso muda ao longo do tempo e conforme o contexto social. Então, quando se fala em desequilíbrio, o foco não está no “formato” da família, mas no modo como as relações funcionam no cotidiano — e, principalmente, na capacidade de garantir cuidado, proteção e socialização.

Visto por esse ângulo, o desequilíbrio familiar aparece como um fenômeno relacional: ele se mostra na fragilidade dos vínculos afetivos, em conflitos que se repetem, na presença de violência

dentro de casa, na baixa supervisão parental e na falta de estabilidade na rotina. Bowlby (1988) ajuda a entender esse ponto ao mostrar como a insegurança afetiva pode abalar a construção de confiança básica e a regulação emocional, aspectos centrais para o desenvolvimento social. Baumrind (1966; 1991), ao discutir estilos parentais, também evidencia que práticas negligentes ou muito autoritárias tendem a aumentar dificuldades comportamentais, enquanto formas de educação que combinam exigência com acolhimento e responsividade favorecem a autorregulação.

Patterson (1982) acrescenta um elemento importante ao destacar que, em algumas famílias, as interações podem se organizar de maneira coercitiva: punições incoerentes, reações impulsivas e escaladas de agressividade acabam alimentando comportamentos de oposição. Dishion e Patterson (2006) reforçam que, quando essas dinâmicas se mantêm ao longo do tempo, elas podem contribuir para a consolidação de condutas antissociais — e isso tende a se agravar quando o contexto é de vulnerabilidade socioeconômica.

Quando a questão envolve violência intrafamiliar, o problema ganha ainda mais densidade. Minayo (2006) trata essa violência como um fenômeno social complexo, cujos impactos não se limitam ao episódio em si, mas se estendem ao desenvolvimento psíquico e às relações sociais. Saffioti (2004) complementa essa leitura ao apontar que desigualdades de poder e estruturas patriarcais sustentam dinâmicas de dominação e silenciamento, o que enfraquece vínculos e compromete a estabilidade emocional dentro do ambiente familiar.

A baixa supervisão parental, analisada por Steinberg (2001) e por Sampson e Laub (1993), reduz mecanismos de contenção social ao

longo do curso de vida. Conger et al. (1992) demonstram que o estresse econômico interfere na organização cotidiana e na disponibilidade emocional dos cuidadores, o que contribui para compreender o fenômeno para além de interpretações moralizantes.

Castel (1998) situa essa instabilidade no âmbito da precarização estrutural do trabalho e da fragilização das redes de proteção social. Assim, o desequilíbrio familiar deve ser compreendido não como evento isolado, mas como processo atravessado por pressões estruturais.

Pela teoria ecológica de Bronfenbrenner (1994; 1996), essas dinâmicas aparecem no microsistema familiar — isto é, no espaço das relações mais próximas —, mas não se explicam apenas por ele. Elas também sofrem a influência de níveis mais amplos, como o exossistema e o macrosistema, onde entram condições de trabalho, políticas públicas e desigualdades socioeconômicas. Olhar por essa lente ajuda a evitar interpretações deterministas e sustenta a perspectiva relacional que orienta este estudo.

2.2. Desenvolvimento Educacional e Vulnerabilidade

O desenvolvimento educacional na adolescência vai muito além de “estar matriculado”. Ele envolve permanecer na escola, se engajar nas atividades, construir relações institucionais minimamente estáveis, acompanhar o desempenho e, aos poucos, elaborar um projeto de vida. É um processo que mistura dimensões cognitivas, afetivas e sociais — e não se resume à simples aquisição de conteúdos.

Charlot (2000) afirma que a relação com o saber depende do sentido atribuído à escola; quando esse sentido se fragiliza, ampliam-se ausências e riscos de evasão. Dayrell (2007) complementa ao destacar que a escola constitui espaço de socialização juvenil, no qual identidade e pertencimento são continuamente negociados.

Fredricks, Blumenfeld e Paris (2004) definem engajamento como integração entre participação comportamental, vínculo emocional e investimento cognitivo. Rutter (1987) demonstra que a presença de adultos significativos na escola pode atuar como fator de proteção frente a adversidades familiares.

Bourdieu (1998) alerta que a escola tende a reproduzir desigualdades ao legitimar capitais culturais desigualmente distribuídos. Erikson (1976) reforça que a adolescência é etapa de construção identitária e projeção de futuro; quando o horizonte de mobilidade social se reduz, tende a diminuir o investimento no percurso escolar.

Conger et al. (1992) demonstram que o estresse econômico familiar impacta a supervisão e a organização da rotina escolar. Castel (1998) e Yazbek (2012) situam essa dinâmica na questão social brasileira, marcada por precariedade estrutural e insuficiência de políticas públicas.

Estudos de Zaluar (1994) e Abramovay (2002) indicam que evasão, repetência e defasagem idade-série aparecem com frequência em trajetórias de adolescentes em conflito com a lei, não como causa isolada, mas como parte de processos cumulativos de desengajamento escolar. À luz de Bronfenbrenner (1994), o

desenvolvimento educacional resulta da interação entre família, escola e contexto estrutural, exigindo análise integrada e não linear.

2.3. Conflito Familiar e Condutas Antissociais

Baumrind (1966; 1991) demonstra que estilos parentais autoritários rígidos ou negligentes associam-se a maiores dificuldades comportamentais. Patterson (1982) evidencia que ciclos coercitivos reforçam padrões agressivos por meio de interações punitivas escalonadas. Enquanto Baumrind enfatiza a tipologia dos estilos parentais, Patterson descreve a dinâmica interacional que consolida tais padrões ao longo do tempo. Sampson e Laub (1993) ampliam essa análise ao demonstrar que vínculos familiares consistentes funcionam como mecanismos de contenção ao longo do curso de vida.

Assim, quando o ambiente familiar não estabelece limites consistentes, não acompanha rotinas escolares e reproduz violência como estratégia de resolução de conflitos, amplia-se a exposição a pares desviantes (DISHION; PATTERSON, 2006). Entretanto, tais fatores não operam de forma causal ou automática, mas como componentes de processos cumulativos de vulnerabilidade.

2.4. Território, Violência e Socialização Alternativa

O território constitui dimensão estruturante da socialização juvenil. Santos (2009) demonstra que a urbanização desigual produz espaços marcados por exclusão territorial e precariedade institucional. Zaluar (1994) e Misse (1999) evidenciam que, em contextos de economias ilícitas, o tráfico pode oferecer identidade, pertencimento e status simbólico. Quando o reconhecimento

escolar se fragiliza (Bourdieu, 1998), tais espaços tornam-se alternativas de validação social.

Costa (2005) argumenta que a ausência de perspectiva concreta de integração social amplia a vulnerabilidade juvenil. A renda imediata tende a competir com projetos educacionais de longo prazo, sobretudo em contextos de pobreza persistente. Essa dinâmica não expressa escolha individual isolada, mas interação entre vulnerabilidade familiar, fragilidade escolar e desigualdade territorial.

2.5. Modelo Conceitual Integrado

A análise permite propor um modelo relacional no qual a vulnerabilidade juvenil resulta de interações cumulativas entre família, escola e território. Fragilidades no microsistema familiar tendem a comprometer o acompanhamento escolar, favorecendo desengajamento progressivo e fracasso educacional. Em contextos territoriais marcados por desigualdade e violência, tais rupturas ampliam a busca por reconhecimento em circuitos alternativos, aumentando a exposição a práticas infracionais.

Importa destacar que o presente modelo não sustenta causalidade linear, mas dinâmica interdependente, conforme a perspectiva ecológica de Bronfenbrenner (1994). A prática de atos infracionais, nessa abordagem, não decorre de determinismo familiar isolado, mas da interação entre desequilíbrio relacional, comprometimento educacional e vulnerabilidade territorial.

3. METODOLOGIA

A pesquisa é qualitativa e foi pensada a partir de uma visão socioecológica, ou seja, olhando como família, escola e contexto

social se influenciam. Para sustentar essa leitura, o trabalho reúne ideias de áreas diferentes — Psicologia do Desenvolvimento, Sociologia da Educação e Criminologia Desenvolvimental. Em vez de coletar dados em campo, o estudo é teórico e analítico: ele foi construído a partir de uma revisão narrativa de pesquisas já publicadas e da leitura de marcos normativos brasileiros sobre adolescência e medidas socioeducativas.

A escolha pela abordagem qualitativa faz sentido porque o que está em jogo aqui são relações e trajetórias: dinâmicas familiares, vivências escolares e processos que se constroem no cotidiano. Esse tipo de fenômeno não costuma ser bem explicado apenas por números ou por medidas isoladas. Assim, o estudo busca mostrar, com base na literatura científica e nos referenciais normativos atuais, como fragilidades no contexto familiar podem repercutir no desenvolvimento educacional e, em determinados cenários, aumentar a exposição de adolescentes a práticas infracionais. Por isso, a pesquisa não parte da ideia de uma causa única ou de relações lineares; o foco é compreender como esses fatores se articulam e se influenciam em contextos de vulnerabilidade social.

O caminho metodológico foi organizado em duas partes que se complementam: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Na etapa bibliográfica, o foco foi reunir e analisar tanto obras clássicas quanto estudos mais recentes sobre desequilíbrio familiar, práticas parentais, desenvolvimento educacional, vulnerabilidade juvenil e trajetórias infracionais. As buscas foram feitas nas bases SciELO, Google Scholar e portal de periódicos CAPES, usando combinações de termos como “desequilíbrio familiar”, “parentalidade e adolescência”, “desenvolvimento educacional”, “evasão escolar”, “atos infracionais” e “medidas socioeducativas”.

Foram incluídas publicações com enfoque em adolescência, fragilidades/desequilíbrios familiares, escolarização (engajamento, permanência e trajetórias) e envolvimento em atos infracionais, em contextos brasileiros ou comparáveis, considerando textos em português, inglês e espanhol. A seleção foi realizada por triagem de títulos e resumos, seguida de leitura integral dos materiais elegíveis, priorizando produções com contribuição teórica ou empírica diretamente relacionada ao tema.

Para compor o corpus de análise, selecionaram-se textos com relação direta ao tema e reconhecida relevância na área. Deu-se prioridade a publicações entre 1990 e 2023, considerando 1990 como marco de promulgação do ECA (Lei nº 8.069/1990) e 2012 como referência do SINASE (Lei nº 12.594/2012), normativos que reorientaram o tratamento jurídico e pedagógico da adolescência em conflito com a lei. Mantiveram-se obras anteriores quando centrais para o campo (por exemplo, Bowlby, Baumrind, Patterson e Bronfenbrenner). Excluíram-se textos opinativos sem base científica, estudos exclusivamente clínicos sem interface social e materiais sem relação direta com adolescência e desenvolvimento educacional.

Já a pesquisa documental envolveu uma leitura interpretativa do ECA e do SINASE, com atenção especial aos trechos que tratam de proteção integral, responsabilização socioeducativa e, principalmente, do direito à educação durante o cumprimento das medidas. A intenção dessa etapa foi aproximar o que a literatura discute do que os marcos normativos estabelecem para o sistema socioeducativo brasileiro.

A análise do material seguiu uma lógica de análise temática, organizada em três eixos: (a) desequilíbrio familiar como fenômeno

relacional; (b) desenvolvimento educacional e vulnerabilidade; e (c) território, violência e socialização alternativa. O material foi lido em etapas. Primeiro, foi feita uma leitura mais ampla das obras e dos documentos para situar o conteúdo e o contexto geral. Depois, foram destacados os temas e as categorias que apareciam de forma recorrente. A partir disso, esses elementos foram organizados por proximidade e articulados dentro dos três eixos definidos.

A perspectiva ecológica de Bronfenbrenner foi usada como referência para a interpretação justamente porque permite olhar o fenômeno de forma mais ampla, sem reduzir tudo ao que acontece dentro da família. Nessa perspectiva, a análise articulou quatro níveis: microsistema (família), mesossistema (relação família-escola), exossistema (condições de trabalho e políticas públicas) e macrosistema (estrutura socioeconômica).

Por utilizar apenas fontes bibliográficas e documentos, o estudo não envolveu participação de sujeitos. Por essa razão, não houve necessidade de submissão a Comitê de Ética em Pesquisa. Mesmo assim, foram mantidos cuidados essenciais: uso fiel das fontes, referências bem registradas e atenção para não deslocar ideias e conceitos do contexto em que foram apresentados.

Com esse percurso, a metodologia deixa mais transparente o que foi selecionado e como foi analisado. Isso garante coerência com os objetivos do estudo e permite que outros pesquisadores sigam o mesmo caminho ao investigar a relação entre família, desenvolvimento educacional e práticas infracionais.

4. RESULTADOS

A revisão bibliográfica e documental mostrou que os estudos e os marcos normativos, apesar de partirem de recortes diferentes, acabam apontando para um mesmo tipo de cenário. Para organizar essa leitura, os achados foram reunidos em três categorias, alinhadas aos eixos da fundamentação teórica: (1) desequilíbrio familiar e dinâmicas relacionais; (2) desenvolvimento educacional e sinais de fragilidade escolar; e (3) território, violência e formas alternativas de socialização.

Em conjunto, o material analisado sugere que as trajetórias de adolescentes em conflito com a lei costumam ser atravessadas por combinações recorrentes entre essas três dimensões. A análise não trata essas relações como “causa e efeito”, nem como algo inevitável, mas chama atenção para coocorrências: problemas familiares, dificuldades na escola e condições territoriais adversas tendem a se sobrepor e a se reforçar ao longo do tempo.

Na primeira categoria, referente ao desequilíbrio familiar e às dinâmicas relacionais, os estudos revisados registram como elementos recorrentes a fragilidade de vínculos afetivos, a presença de conflitos frequentes e a ocorrência de práticas coercitivas na comunicação cotidiana. Também aparecem como achados recorrentes a violência intrafamiliar em suas diferentes expressões e a baixa supervisão parental, especialmente quanto ao acompanhamento de rotinas, amizades e frequência escolar. Os textos analisados ainda descrevem instabilidade na organização cotidiana, como ausência de rotinas consistentes, descontinuidade de acompanhamento e imprevisibilidade na dinâmica doméstica, associadas a contextos de estresse econômico e precariedade social.

Na segunda categoria, relativa ao desenvolvimento educacional e aos indicadores de fragilidade escolar, as produções revisadas apontam a permanência escolar instável como característica frequente, expressa por faltas reiteradas e dificuldade de manutenção do vínculo com a instituição. Observou-se recorrência de baixo engajamento acadêmico, dificuldades no acompanhamento das atividades escolares e fragilização das relações com professores e com normas institucionais. Os estudos também registram, com frequência, repetência, defasagem idade-série e histórico de evasão escolar como marcadores presentes em trajetórias de adolescentes em conflito com a lei. Além disso, parte das produções descreve a fragilidade na construção de projeto de vida associado à escolarização, com baixa expectativa de continuidade dos estudos e reduzida percepção de retorno educacional.

Na terceira categoria, referente ao território, violência e socialização alternativa, os materiais analisados descrevem a presença de desigualdade socioespacial e precariedade institucional em territórios periféricos, com exposição cotidiana a situações de violência e fragilidade de equipamentos públicos. Nesse contexto, os estudos revisados registram a existência de circuitos de socialização juvenil que operam paralelamente às instituições formais, com destaque para economias ilícitas que oferecem pertencimento, identidade e reconhecimento simbólico. Também aparece como recorrente a descrição da competição entre a renda imediata oriunda de atividades ilícitas e os projetos educacionais de longo prazo, sobretudo em contextos de pobreza persistente e baixa expectativa de integração social.

Por fim, a sistematização do corpus indica coocorrência entre fragilidades familiares, descontinuidade escolar e exposição territorial a contextos de violência, com recorrência de trajetórias marcadas por instabilidade de vínculos e por experiências de desengajamento escolar. Esses resultados foram organizados para subsidiar, na seção seguinte, a discussão analítica sobre os mecanismos relacionais que conectam as três dimensões.

5. DISCUSSÃO

Os resultados evidenciaram a coocorrência entre fragilidades familiares, desengajamento escolar e vulnerabilidade territorial nas trajetórias de adolescentes em conflito com a lei. À luz do referencial teórico adotado, tais achados podem ser compreendidos como expressão de processos relacionais interdependentes, e não como consequência de fatores isolados.

No eixo familiar, a recorrência de vínculos afetivos fragilizados, práticas parentais inconsistentes e interações coercitivas confirma as formulações de Bowlby (1988) e Baumrind (1966; 1991) acerca da centralidade das relações iniciais na construção da autorregulação e da internalização de normas. A presença de ciclos coercitivos descritos por Patterson (1982) aparece, nos resultados, como padrão relacional que pode contribuir para consolidação de comportamentos externalizantes. Entretanto, os dados também reforçam a necessidade de evitar leituras individualizantes, na medida em que o estresse econômico e a precarização estrutural — conforme discutido por Conger et al. (1992) e Castel (1998) — atravessam essas dinâmicas familiares, situando-as em contexto social mais amplo.

No campo educacional, a repetição de marcadores como evasão, defasagem idade-série e baixo engajamento confirma estudos anteriores que associam fragilidade escolar a trajetórias infracionais (Zaluar, 1994; Abramovay, 2002). Contudo, a análise sugere que o fracasso escolar não deve ser interpretado como causa direta da infração, mas como etapa de um processo cumulativo de desengajamento. Nesse sentido, os resultados dialogam com Bourdieu (1998), ao indicar que a escola pode reproduzir desigualdades quando não reconhece diferenças de capital cultural, contribuindo para constrangimento simbólico e afastamento institucional.

A perspectiva de Charlot (2000), ao enfatizar a relação com o saber como construção de sentido, oferece chave interpretativa relevante: quando a escola perde significado para o adolescente, o vínculo institucional se fragiliza, abrindo espaço para outras formas de pertencimento. Essa dinâmica é reforçada pelos achados relativos ao território, nos quais a presença de economias ilícitas aparece como instância alternativa de reconhecimento, conforme descrito por Zaluar (1994) e Misse (1999).

No plano territorial, os resultados confirmam que contextos marcados por desigualdade socioespacial e precariedade institucional favorecem a emergência de circuitos paralelos de socialização. A oferta de identidade, pertencimento e status simbólico no âmbito do tráfico pode competir com o reconhecimento escolar, sobretudo quando o projeto educacional não se apresenta como possibilidade concreta de mobilidade social. Essa constatação dialoga com Costa (2005), ao indicar que a ausência de perspectiva de integração social amplia a vulnerabilidade juvenil.

A principal contribuição analítica deste estudo consiste em articular essas dimensões sob a perspectiva ecológica de Bronfenbrenner (1994), evidenciando que família, escola e território operam como sistemas interdependentes. Os resultados sustentam que a prática de atos infracionais emerge em contextos de vulnerabilidade cumulativa, nos quais fragilidades no microssistema familiar se articulam a rupturas no mesossistema (interação família-escola) e a pressões estruturais do exossistema e macrossistema.

Observa-se, portanto, confirmação parcial das hipóteses teóricas levantadas na fundamentação: a relação entre desequilíbrio familiar e prática infracional não é direta, mas mediada pelo comprometimento do desenvolvimento educacional e pelas condições territoriais. Ao mesmo tempo, os resultados tensionam leituras simplificadoras que atribuem centralidade exclusiva à família, reforçando a necessidade de abordagem sistêmica.

Do ponto de vista teórico, o estudo avança ao integrar referenciais da Psicologia do Desenvolvimento, da Sociologia da Educação e da Criminologia Desenvolvimental em modelo relacional aplicado ao contexto socioeducativo brasileiro. Empiricamente, ainda que baseado em revisão narrativa, o trabalho contribui ao sistematizar categorias recorrentes na literatura e articulá-las ao marco normativo do ECA e do SINASE, ampliando a compreensão das interações entre proteção integral, escolarização e responsabilização socioeducativa.

Assim, a discussão reafirma que o enfrentamento das práticas infracionais na adolescência exige intervenções intersetoriais que fortaleçam vínculos familiares, promovam permanência e qualidade da experiência escolar e ampliem oportunidades concretas de

integração social nos territórios vulneráveis. A análise reforça que políticas isoladas tendem a produzir efeitos limitados quando não consideram a complexidade relacional que estrutura as trajetórias juvenis.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como problema central compreender de que maneira o desequilíbrio familiar se articula ao desenvolvimento educacional de adolescentes e à prática de atos infracionais, considerando o contexto de vulnerabilidade social e cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil. Partiu-se da premissa de que a infração juvenil não pode ser explicada por determinismos individuais ou familiares isolados, mas deve ser analisada como fenômeno relacional, ecológico e socialmente situado.

O objetivo consistiu em caracterizar, à luz da literatura científica e dos marcos normativos brasileiros, os mecanismos pelos quais fragilidades familiares podem repercutir no percurso escolar e ampliar a exposição a comportamentos infracionais. A análise desenvolvida permitiu confirmar que tais processos operam de forma interdependente, articulando dinâmicas familiares, experiências escolares e condições territoriais.

Os resultados evidenciaram que fragilidades no microsistema familiar — como vínculos afetivos instáveis, práticas parentais inconsistentes e baixa supervisão — tendem a comprometer o acompanhamento escolar e a organização cotidiana do adolescente. Esse comprometimento repercute no desenvolvimento educacional, manifestando-se por desengajamento, evasão e fragilização do projeto de vida. Em contextos territoriais marcados por

desigualdade e violência, tais rupturas ampliam a busca por reconhecimento em circuitos alternativos de socialização, aumentando a exposição a práticas infracionais.

A principal contribuição do estudo reside na construção de um modelo relacional integrado que articula família, escola e território sob a perspectiva socioecológica. Ao evitar explicações simplificadoras e moralizantes, o trabalho contribui para deslocar o debate da culpabilização familiar isolada para uma compreensão sistêmica da vulnerabilidade juvenil. No campo acadêmico, o estudo reforça como abordagens interdisciplinares fazem diferença para compreender o tema com mais profundidade, especialmente quando Psicologia do Desenvolvimento, Sociologia da Educação e Criminologia Desenvolvimental são colocadas em diálogo. Já do ponto de vista social — e aqui entram gestores públicos e profissionais da socioeducação — os resultados apontam para um recado claro: não basta agir por “pedaços”. São necessárias políticas intersetoriais que sustentem vínculos familiares, favoreçam uma permanência escolar de fato qualificada e ampliem oportunidades reais de integração social nos territórios mais vulneráveis.

Entretanto, o estudo apresenta limitações. Por tratar-se de pesquisa teórico-analítica baseada em revisão narrativa, não houve investigação empírica direta com adolescentes ou famílias inseridas no sistema socioeducativo. Além disso, a natureza qualitativa e interpretativa da análise implica que os achados refletem sistematização teórica do corpus selecionado, não permitindo generalizações estatísticas. Essas limitações não invalidam os resultados, mas delimitam seu alcance.

Como desdobramento, vale avançar para pesquisas empíricas que acompanhem casos e contextos concretos, investigando de perto como fragilidades familiares, percurso escolar e prática infracional se conectam no dia a dia. Também seriam úteis estudos comparativos entre territórios, justamente para entender o peso das condições locais nas trajetórias juvenis. Além disso, faz sentido aprofundar investigações sobre o que acontece quando políticas públicas realmente atuam de forma articulada — especialmente no fortalecimento de vínculos familiares e no apoio à permanência escolar de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Em síntese, a reflexão proposta neste artigo reforça que o ato infracional na adolescência não pode ser lido como um evento isolado ou explicado por um único fator. Ele tende a surgir de processos que se acumulam e se combinam ao longo do tempo, envolvendo tanto relações próximas (família e escola) quanto dimensões mais amplas (território e desigualdades). Ao dar visibilidade a essa complexidade, o estudo aponta para a necessidade de respostas mais integradas, consistentes e socialmente responsáveis no enfrentamento da vulnerabilidade juvenil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. *Violência nas escolas*. Brasília: UNESCO, 2002. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133967_por. Acesso em: 27 fev. 2026.

BAUMRIND, Diana. Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*, v. 37, n. 4, p. 887-907, 1966. DOI:

10.2307/1127111.

BAUMRIND, Diana. The influence of parenting style on adolescent competence and substance use. *The Journal of Early Adolescence*, v. 11, n. 1, p. 56-95, 1991. DOI: 10.1177/0272431691111004.

BOURDIEU, Pierre. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

BOWLBY, John. *A secure base: parent-child attachment and healthy human development*. London: Routledge, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). *Diário Oficial da União: Brasília, DF*, 19 jan. 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União: Brasília, DF*, 16 jul. 1990.

BRONFENBRENNER, Urie. Ecological models of human development. In: HUSÉN, Torsten; POSTLETHWAITE, Theodore N. (org.). *International Encyclopedia of Education*. 2. ed. Oxford: Elsevier, 1994.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CONGER, Rand D. et al. A family process model of economic hardship and adjustment of early adolescent boys. *Child Development*, v. 63, n. 3, p. 526-541, 1992. DOI: 10.1111/j.1467-8624.1992.tb01644.x.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Pedagogia da presença: da solidão ao encontro*. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2005.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 fev. 2026.

DISHION, Thomas J.; PATTERSON, Gerald R. The development and ecology of antisocial behavior in children and adolescents. In: CICCHETTI, Dante; COHEN, Donald J. (org.). *Developmental Psychopathology*. 2. ed. New York: Wiley, 2006.

DUBET, François. *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

ERIKSON, Erik H. *Identidade: juventude e crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FREDRICKS, Jennifer A.; BLUMENFELD, Phyllis C.; PARIS, Alison H. School engagement: potential of the concept. *Review of Educational Research*, v. 74, n. 1, p. 59-109, 2004. DOI: 10.3102/00346543074001059.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MISSE, Michel. Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PATTERSON, Gerald R. Coercive family process. Eugene: Castalia Publishing, 1982.

RUTTER, Michael. Psychosocial resilience and protective mechanisms. American Journal of Orthopsychiatry, v. 57, n. 3, p. 316-331, 1987. DOI: 10.1111/j.1939-0025.1987.tb03541.x.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAMPSON, Robert J.; LAUB, John H. Crime in the making: pathways and turning points through life. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SARTI, Cynthia. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

STEINBERG, Laurence. We know some things: parent-adolescent relationships in retrospect and prospect. Journal of Research on Adolescence, v. 11, n. 1, p. 1-19, 2001. DOI: 10.1111/1532-7795.00001.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 110, p. 288-322, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/X7pK7y7RFsC8wnxB36MDbyx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 fev. 2026.

ZALUAR, Alba. Condomínio do diabo. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

¹ Universidad Internacional Tres Fronteras Maestria Em Ciencias De
La Educación - UnInter. ORCID: 0009-0005-2394-667X. E-mail:
adilson.escola@hotmail.com